



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 2 • maio-ago. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**CONSENSO DA *COMMODITY* SOJA
E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS
NO CERRADO PIAUIENSE**

**SOY COMMODITY CONSENSUS AND SOCIAL AND
ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE CERRADO PIAUIENSE**

Aldo Vieira Ribeiro  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI),
Teresina, PI, Brasil

RESUMO

A expansão da *commodity* soja cresceu no Brasil nos últimos 20 anos, notadamente na região do MATOPIBA que inclui o Sul do Piauí. Este artigo analisa a interação complexa entre o consenso em favor da produção de *commodities*, a temática do desenvolvimento, o monocultivo de soja e os conflitos socioambientais no Sul do Piauí. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa ancorada no método descritivo em diálogo com a Sociologia Decolonial Latino-americana. A análise indica que o consenso em torno da *commodity* soja no Sul do Piauí, ao revés, do que pregam as narrativas (neo) extrativistas, ameaçam a subsistência das comunidades tradicionais que vivem na região desencadeando violentos conflitos socioambientais, desmatamento, queimadas e a contaminação da água e do solo.

Palavras-clave: desenvolvimento; consenso de *commodities*; monocultivo de soja; Sul do Piauí.

ABSTRACT

The expansion of the soybean commodity has grown in Brazil in the last 20 years, notably in the MATOPIBA region, which includes the south of Piauí. This article analyzes the complex interaction between the consensus in favor of commodity production, the issue of development, soybean monoculture and socio-environmental conflicts in the south of Piauí. This is bibliographic and documentary research of a qualitative nature anchored in the descriptive method in dialogue with Latin American Decolonial Sociology. The analysis indicates that the consensus surrounding the soybean commodity in the south of Piauí, contrary to what the (neo) extractivist narratives preach, threatens the subsistence of traditional communities living in the region, triggering violent socio-environmental conflicts, deforestation, fires and contamination. of water and soil.

Keywords: development; commodity consensus; soybean monoculture; South of Piauí.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do Brasil como um gigante na produção global de *commodities* agrícolas tem sido celebrado como um triunfo econômico, impulsionando o país para o centro do comércio internacional de alimentos e matérias-primas – Consenso de *Commodities* (Svampa, 2012, 2013, 2019). Nesse contexto, a soja emergiu como um dos principais veículos dessa transformação, proporcionando (em tese) ganhos substanciais para a economia brasileira.

O monocultivo de soja no Cerrado piauiense, caracterizado pela financeirização da terra, a prática de grilagem e o uso intensivo de agrotóxicos, acelerou o desmatamento e a ocupação massiva de terras, desencadeando uma série de conflitos socioambientais no Sul do Piauí. Comunidades rurais, povos indígenas, quilombolas e pequenos agricultores enfrentam violência e ameaças a sua subsistência, enquanto os ecossistemas locais sofrem com o desmatamento, a perda de biodiversidade, degradação do solo e a contaminação das águas. Ao mesmo tempo, a promessa de desenvolvimento econômico e a criação de empregos acompanhada pela elevação do PIB local têm sido poderosas narrativas (Rist, 2002; Gudynas, 2019) para a expansão do monocultivo de soja na região, tornando esta palco de transformações dramáticas e controversas em sua dinâmica socioeconômica e ambiental.

Como o consenso em torno da *commodity* soja atua no Sul do Piauí? Essa é a questão central do presente escrito. Dela emergem outras não menos importantes: quais são as implicações desse modelo neoextrativista para as comunidades locais e o ecossistema regional? Que conflitualidades estão presentes? Assim sendo, o artigo propõe-se a analisar de maneira crítica a interação complexa entre o consenso em favor da produção de *commodities*, o desenvolvimento regional, o monocultivo de soja e os conflitos socioambientais que permeiam o Sul do Piauí, trazendo à baila de discussão os interesses econômicos e as preocupações sociais e ambientais que se entrelaçam nesse contexto conflitante.

O procedimento metodológico de natureza qualitativa ancora-se no método descritivo com a utilização das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental (Appolinário, 2019; May, 2004). O percurso metodológico consistiu inicialmente na definição do problema seguida pela seleção e análise das fontes bibliográficas e documentais. A revisão de literatura encontra-se alicerçada na Sociologia Decolonial da América Latina (Castro,

2018, 2019; Gudynas, 2015, 2019; Svampa, 2012, 2013, 2019) em diálogo com a definição de desenvolvimento (Rist, 2002) e em cotejo com dados emanados da coleta de informações documentais que concentrou-se em notícias e artigos publicados na internet, relatórios e bancos de dados de órgãos oficiais (CONAB, Cepro, Embrapa, INPE) e organizações da sociedade civil (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra), entre outras.

O artigo encontra-se estruturado, além desta introdução e das considerações finais, em três seções. A primeira situa o conceito de desenvolvimento com base na Sociologia de Rist (2002) e discute, com ênfase na Sociologia Decolonial de Castro (2018, 2019), Gudynas (2015, 2019) e Svampa (2012, 2013, 2019), a nova matriz colonial para a América Latina na era do desenvolvimento: o Consenso de *Commodities*. A segunda, apresenta uma breve caracterização do Cerrado piauiense e do monocultivo de soja nessa região. Na seção final, discute-se as narrativas extrativistas e os conflitos socioambientais no Cerrado do Piauí, evidenciando os desafios enfrentados pelas comunidades rurais, povos indígenas e quilombolas em decorrência da expansão do agronegócio (monocultivo de soja) na região.

2 CONSENSO DE *COMMODITIES*: A NOVA MATRIZ COLONIAL PARA A AMÉRICA LATINA NA ERA DO DESENVOLVIMENTO

A ideia de desenvolvimento tem sido “una constante en la vida de todas las sociedades desde el alba de la humanidad” (Rist, 2002, p. 24) e “ocupó lugar relevante en el conjunto de la reflexión de las ciencias sociales y económicas en América Latina, sobre todo a partir de mediados del siglo XX” (Castro, 2018, p. 37). Nesse sentido, cabe ressaltar que a categoria desenvolvimento tal como concebida pelo pensamento comum ocidental, isto é, como caminho para a felicidade universal (a panaceia para todos os males da humanidade), foi inventada pela política exterior americana do ex-presidente *Truman* e o famoso ponto IV em discurso¹ proferido em 20 de janeiro de 1949, após a 2ª Guerra Mundial.

De acordo com Rist (2002, p. 87 e 93), o ponto IV é “el acto inaugural de una nueva era”, a era do desenvolvimento. O ponto IV “sintetiza um cierto numero de ideas [...]; innova en el terreno conceptual y propone una nueva forma de entender las relaciones internacionales” e, portanto, representa na

¹ Vide o discurso completo em espanhol (Verplaetse, 1950). O ponto IV, em particular, é reproduzido na obra de Rist (2002), entre as páginas 85 e 87.

ordem capitalista contemporânea, um novo marco no processo histórico de colonialidade que hierarquiza Norte e Sul.

Com a categoria desenvolvimento instituiu-se a visão de subdesenvolvido², cujo imaginário social ocidentalizado – o qual estamos imersos em razão da colonialidade – facilmente o associa à regiões economicamente atrasadas a partir do referente ou modelo societário de desenvolvimento: a Europa e os Estados Unidos. Se antes, a relação hierárquica colonizador/colonizado era deliberadamente de oposição, na era do desenvolvimento, essa relação – indubitavelmente ainda hierarquizada –, surge associada (mascarada sob) a ideia de continuidade substancial entre os dois polos da relação, quais sejam: desenvolvido/subdesenvolvido (Rist, 2002).

Isso implica dizer que o subdesenvolvido não é o oposto do desenvolvido, mas tão somente a forma inacabada deste último, a sua forma embrionária, a sua semente em potencial. Assim, cria-se a ilusão nas sociedades do Sul subdesenvolvido (e também do Norte³) de que estas podem “jogar o mesmo jogo das sociedades do Norte desenvolvido”, ou como metaforiza Rist (2002, p. 89): o “‘sub’-jefe que puede soñar en llegar en su día de jefe [...] y no tener una visión muy diferente de la jefatura”.

Mas por que essa ideia comum de desenvolvimento é tão eficaz?! Como ela consegue atrair tantos seguidores a ponto de ser majoritariamente apresentada como via de mão única, desejável e necessária, inclusive? O que faz dela a panaceia para todos os males da humanidade?

Conforme aponta Rist (2002, p. 89) “la fuerza del discurso del “desarrollo” procede de su capacidad de seducción” pautado em “ideales de la existencia social” (Rist, 2002, p. 21, aspas no original) consubstanciados na narrativa⁴ de “um mundo más justo, em que las gentes serían felices, vivirían mejor y más tiempo, escaparían a la enfermedad, a la miseria, a la explotación y a la violencia” (Rist, 2002, p. 21), razão pela qual o desenvolvimento corresponderia a “um principio de organización social, mientras que el “subdesarrollo” será considerado como un estado que existe “naturalmente”, es decir, sin causa aparente” (Rist, 2002, p. 20, aspas no original), ocultando-se aí a colonialidade estabelecida entre o Norte e o Sul.

² Segundo Rist (2002, p. 87), o Ponto IV “constituye una pequeña obra maestra” que criou uma nova visão de mundo, o subdesenvolvido, e garantiu a hegemonia norte-americana na ordem global desde então.

³ Para Rist (2002), não se pode olvidar que a “crença” no desenvolvimento alcança Norte e Sul: “lejos de limitarse a los países del Sur, el desarrollo incumbe a todos, incluyendo los países industrializados” (Rist, 2002, p. 15-16).

⁴ “¿Cómo no rendirse a la idea de que pudiera existir un método para eliminar la pobreza que aparece por todas partes?” (Rist, 2002, p. 13).

Nessa ordem de ideias, o estado natural de subdesenvolvimento deve ser transcendido pela intervenção “benevolente” do agente desenvolvido (Norte) ainda que esta alcance assuntos internos do subdesenvolvido (Sul), o que é legitimado pela crença de que o desenvolvimento constitui o caminho para a felicidade universal e, portanto, não deve ser questionado (Rist, 2002). O máximo que se poderá fazer é “debatir sobre sus modalidades, sobre los medios para “acelerar el crecimiento” o la forma de repartir sus resultados de manera más equitativa” (Rist, 2002, p. 93). Essa é, portanto, a visão majoritária que permeia o imaginário social do Ocidente e das sociedades que trilham o curso destas na ordem global contemporânea.

Mas, se o desenvolvimento é uma constante da humanidade, quais os elementos distintivos que o caracterizam nas sociedades modernas a ponto de se distinguir esta daquelas que foram precedidas? Para responder a esse questionamento, Rist (2002) afirma que é preciso ir além da visão comum acima delineada para pensar a categoria desenvolvimento sociologicamente.

Assim, revisitando Durkheim, Rist (2002) aduz que é necessário afastar-se das noções vulgares e incluir na definição do termo todos os elementos de referência externos ao fenômeno “de tal manera que un hipotético marciano lograra no solo entender qué se habla sino identificar incluso los lugares en los que se da, o no, el ‘desarrollo’” (Rist, 2002, p. 21). Nessa perspectiva, Rist (2002, p. 24-29, aspas no original) propõe a seguinte definição para desenvolvimento:

El “desarrollo” está constituido por un conjunto de prácticas a veces aparentemente contradictorias que, para asegurar la reproducción social obligan a transformar y a destruir, de forma generalizada, el medio natural y las relaciones sociales a la vista de una producción creciente de mercancías (bienes y servicios) destinadas, a través del intercambio, a la demanda solvente.

Obviamente, o conceito sociológico de Rist (2002) é de caráter crítico e, como já deve ter ficado claro, não goza de supremacia no imaginário Ocidental. A visão hegemônica já traçada alhures é aquela que impõe ao Sul a busca desenfreada pelo desenvolvimento como possibilidade do “menos desenvolvido” alcançar o *status* de “desenvolvido” e tem sido o fio condutor que sustenta a relação de colonialidade do Sul (incluindo a América Latina) pelo Norte nos tempos hodiernos.

A partir dessa “crença”, programas (matrizes) de colonização com ênfase na dimensão econômica (mas não sem reflexos em outras searas) serão idealizados para o Sul, em especial para a América Latina. Desse

modo, na década de 1980 o Norte via Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs o Consenso de *Washington*⁵ a ditar os rumos das economias dos países da América Latina com consequências desastrosas⁶ para os países latino-americanos, incluindo o Brasil.

Diante das consequências negativas do Consenso de *Washington* (baseado na valorização financeira) e da necessidade de reprodução do capital e manutenção do projeto colonial, a matriz político-econômico-ideológica instituída a partir dos anos 2000 para a América Latina foi o chamado Consenso das *Commodities* atrelado fortemente à “ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo novo auge de *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento” (Svampa, 2019, p. 27), ressignificando, desse modo, a marca histórica da exploração intensa de recursos naturais na região (Castro, 2019).

Em linhas gerais, a Socióloga Argentina Maristella Svampa (2013, p. 31) aduz que:

El «Consenso de los Commodities» subraya el ingreso de América Latina en un nuevo orden económico y político-ideológico, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes.

Para Svampa (2012, 2013), o termo *commodities* deve ser compreendido em sentido amplo, isto é, “incluyen desde materias primas a granel hasta productos semielaborados o industriales” (Svampa, 2013, p. 31) e, no caso da América Latina, concentra-se “en productos alimentarios, como el maíz, la soja y el trigo, así como en hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, entre otros)” (Svampa, 2013, p. 31), mantendo a região em uma posição de subordinação em relação ao Norte, pois “produce nuevas y peligrosas formas de dependencia e dominación” (Svampa, 2013, p. 32).

De acordo com Svampa (2012, 2013), trata-se de uma nova ordem “no solo económica sino también político-ideológica” (Svampa, 2013, p. 35) que encontra-se ancorada no neoextrativismo, isto é, em práticas extrativistas “que se desarrollan con tecnologías avanzadas y alto poder de intervención en el territorio” (Castro, 2018, p. 41), produzem “nuevas asimetrías y

⁵ Em apertada síntese, esse período ficou marcado pela agenda neoliberal na região com a abertura comercial e financeira, aumento das privatizações e diminuição das políticas sociais (Vaz; Merlo, 2020).

⁶ Vide Vaz e Merlo (2020).

conflictos sociales, económicos, ambientales y político-culturales” (Svampa, 2013, p. 31) e inauguram “un nuevo ciclo de luchas, centrado en la defensa del territorio y del ambiente, así como en la discusión sobre los modelos de desarrollo y las fronteras mismas de la democracia” (Svampa, 2013, p. 31).

O modelo de desenvolvimento neoextrativista, fundamento do Consenso de *Commodities*, visto por seus adeptos como “necesarias mediaciones para el desarrollo” (Gudynas, 2019, p. 109) conduz a América Latina para “a inserção internacional subordinada e funcional ao mercado do capitalismo transacional marcado pelo mito do progresso e do desenvolvimento, e atualiza o imaginário contemporâneo cuja cultura política cada vez mais, é a do mercado” (Castro, 2019, p. 47).

Nessa perspectiva, o neoextrativismo fortaleceu a visão eldoradista da América Latina como provedora de recursos naturais em abundância para os países do Norte e potencias emergentes (China) e ensejou - seja com governos⁷ progressistas seja com os conservadores (Gudynas, 2019) - a reprimarização das economias latino-americanas e o aprofundamento das dinâmicas de desapropriação pautadas em grandes empreendimentos, monoprodução e na lógica destrutiva dos territórios e populações locais (Svampa, 2012, 2013).

De acordo com a Socióloga Saskia Sassen (2017) vivenciamos uma época governada por essa lógica puramente extrativista, cujo *modus operandi* remete a um modo diferente de colonialismo, caracterizado pela ausência de projetos mais amplos: as grandes corporações chegam e avançam sobre tudo aquilo (bens) que desejam extrair e, depois disso, simplesmente vão embora, deixando apenas o rastro da destruição.

Este é um colonialismo puramente extrativista, ao contrário dos antigos impérios, que tinham projetos mais amplos, como a “missão civilizadora” da França, ou os britânicos, que formavam e educavam indianos para compor os estratos médios da burocracia imperial. Hoje, não há mais nada disso. Uma vez que se extraiu o que era desejado, seja a Coca-Cola extraindo água, ou as plantações, ou as minas, as corporações simplesmente vão embora. Esta época é governada por uma lógica extrativista, incluindo setores que nunca pensamos como extrativistas (Sassen, 2017).

Como o Consenso de *Commodities* avança destrutivamente sobre os territórios e populações locais? Quais os efeitos sociais, políticos, econômicos e ambientais decorrentes do neoextrativismo? O entendimento

⁷ Foge ao escopo do presente artigo traçar as diferenças de postura entre governos progressistas e conservadores. A esse respeito ver Gudynas, Guevaea e Roque (2008).

desses processos requer que “se considere a interação entre os processos locais e a dinâmica de mercados globais” (Castro, 2019, p. 58), pois são “fundamentais para se identificar as conexões lógicas que explicam o complexo mercado transnacional e a pressão de estruturas e de agentes econômicos sobre os recursos naturais, que estão vinculados ao mercado global” (Castro, 2019, p. 58).

Considerando o monocultivo de soja na região do Cerrado piauiense, essa é a empreitada a qual nos propomos nas seções seguintes.

3 O CERRADO PIAUIENSE E O MONOCULTIVO DE SOJA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

O Cerrado piauiense encontra-se inserido na região do MATOPIBA⁸ que abrange o Estado do Tocantins e parte dos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. A região foi oficialmente delimitada pela Presidência da República em 2015⁹ e compreende 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, totalizando cerca de 73 milhões de hectares. No caso do território do Piauí, o bioma Cerrado estende-se por 33 municípios¹⁰, todos situados na região Sul do Estado e ocupa 11,21% da área do MATOPIBA (Embrapa, 2017).

O agronegócio baseado no monocultivo e na narrativa¹¹ (Gudynas, 2019) do meio rural como espaço vazio expandiu-se para a região do MATOPIBA a partir dos anos 2000 quando ocorreu a alta dos preços de *commodities* – “boom”¹² (Svampa, 2012, 2013). Foi nessa época que a produção

⁸ Trata-se de acrônimo resultante das duas primeiras letras dos Estados Federados que integram a região: MA(ranhão)TO(cantins)PI(auí)BA(hia).

⁹ Pelo Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, revogado pelo Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020.

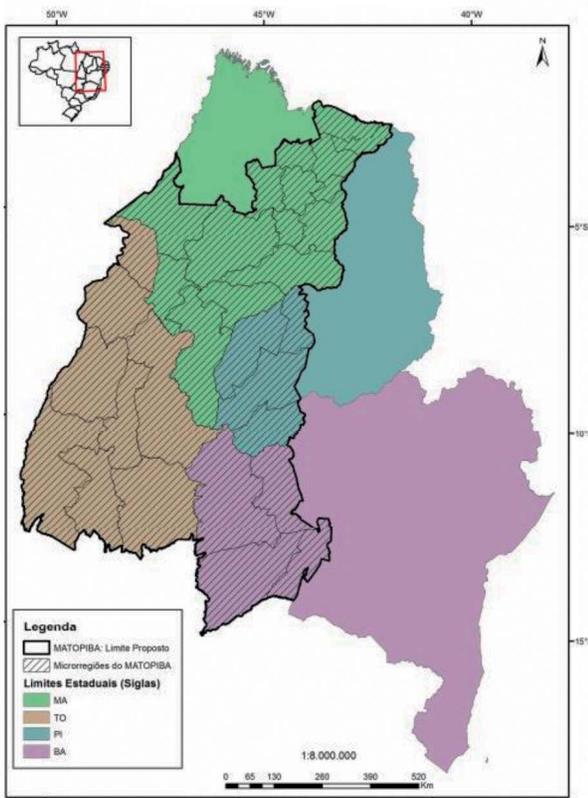
¹⁰ Conforme Portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) nº 244, de 12 de novembro de 2015, são: Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Currais, Gilbuéis, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Redenção do Gurguéia, São Gonçalo do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Santa Luz, Cristino Castro, Antônio Almeida, Landri Sales, Manoel Emídio, Porto Alegre do Piauí, Sebastião Leal, Marcos Parente, Eliseu Martins, Bertolândia, Colônia do Gurguéia, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Uruquí, Corrente, Cristalândia do Piauí, Parnaguá, Curimatá, Sebastião Barros, Riacho Frio, JúlioBorges, Morro Cabeça no Tempo, Avelino Lopes (Brasil, 2015).

¹¹ De acordo com Gudynas (2019, p. 110), “las ‘narrativas’ son entendidas como historias con una trama que describen situacionaes y significados, y utilizan diversos argumentos. Estas sirven para construir y sostener políticas públicas, como ocurre con los extrativismos, pero que también operan en otros campos, como la salud, educación etc.”. Nesse sentido, insere-se nesse contexto, o próprio Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA – efeito derrame nas políticas públicas (Gudynas, 2015, 2019) – adiante explicado – instituído pelo Governo Federal via Decreto nº 8.447, de 2015, atualmente revogado.

¹² Conforme IPEA um novo “boom” ocorreu no ano de 2022 no pós-pandemia da COVID-19. *Vide* Janone (2022).

de soja iniciou o processo de consolidação na região com a instalação de empresas de *tradings*¹³, comercializadoras, produtoras de sementes, processadoras, importadoras e exportadoras de soja, como a Radar, Brasil Agro, SLC Agrícola S/A e o Fundo Patrimonial da Universidade de Harvard integrado por GBE, Insolo e Granflor, este com presença nos municípios piauienses de Guadalupe, Jerumenha e arredores (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020).

Mapa 1 – Região do MATOPIBA



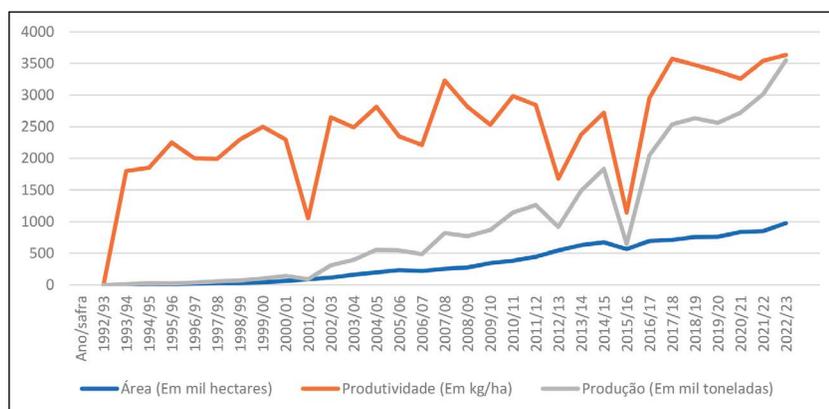
Fonte: EMBRAPA, 2017.

No Sul do Piauí, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área cultivada pela soja passou de 6,8 mil hectares na safra de 1993/1994 para 976,6 mil hectares na safra 2022/2023,

¹³ O termo em inglês remete à especulação que no caso discutido no presente trabalho refere-se à financeirização da terra na região do MATOPIBA. No Piauí, por exemplo, áreas na região do Cerrado tiveram um aumento de 900% nos últimos 15 anos (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020)

o que representa um aumento de 14.361,8%. A produtividade e a produção também cresceram. Esta passou de 12,2 mil toneladas para 3.549 mil toneladas no mesmo período. Um aumento de 29.090,1%. Crescimento acima do percentual nacional para o mesmo período (safra 1993/1994 – safra 2002/2023) que em termos de área cultivada alcançou o percentual de 383,21% e produção de 617%. Tais dados atestam a consolidação do monocultivo de soja no Estado.

Gráfico 1 – Área, produção e produtividade da soja – Piauí – 1992-2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CONAB (2023).

Comparando-se apenas as safras 2021/2022 e 2022/2023, ocorreu um crescimento de 14,8% da área cultivada pela soja, o que coloca o Estado em segundo lugar em termos de expansão do monocultivo de soja na região do MATOPIBA, atrás apenas do Tocantins que teve um crescimento de 15,9% e a frente de Maranhão e Bahia com 3,5% e 1,4%, respectivamente. O mesmo ocorrendo em relação à produção que na safra 2022/2023 teve o crescimento de 17,8%, com produção estimada de 3.549 milhões de toneladas. Tocantins 24%, Maranhão e Bahia 9,4% e 6,0%, respectivamente (CONAB, 2023).

Tabela 1 – MATOPIBA – soja – Safras 2021/2022 e 2022/2023 – estimativa setembro de 2023

ESTADO	ÁREA (Em mil ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 21/22	Safra 22/23	VAR. %	Safra 21/22	Safra 22/23	VAR. %
TO	1.144,70	1.326,70	15,9	3.877,10	4.809,30	24
MA	1.075,10	1.112,70	3,5	3.573,60	3.910,00	9,4
PI	850,7	976,6	14,8	3.014,00	3.549,00	17,8
BA	1.893,20	1.919,70	1,4	7.283,10	7.717,20	6

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CONAB (2023).

4 AGRO É TECH. AGRO É POP. AGRO É TUDO?! NARRATIVAS (NEO) EXTRATIVISTAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO CERRADO DO PIAUÍ

Parte do título da seção acima – Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo (Globo [...], 2021) – é um trecho de propaganda famosa veiculada por emissora de TV aberta brasileira em favor do agronegócio. Constitui uma entre tantas outras (Estudo [...], 2021) narrativas que constroem um sentido comum ao (neo)extrativismo e são propagadas por seus múltiplos defensores presentes nos mais diversos segmentos da sociedade (Gudynas, 2019).

Quase sempre sem um objeto preciso – “componente central en el armado de esas histórias” (Gudynas, 2019, p. 117) –, narrativas como a da propaganda trazida à baila de discussão são histórias que equiparam o (neo) extrativismo “a cualquier otro tipo de apropiación de recursos naturales, como puede ser por ejemplo un campesino” (Gudynas, 2019, p. 117), o que fica evidente na propaganda em comento quando ela “explora” a figura da agricultura familiar para incutir subliminarmente no imaginário social a defesa do agronegócio, construindo em favor deste um sentido comum (Gudynas, 2019).

Com alto poder de sedução e convencimento (Rist, 2002) tais narrativas alcançam a todos independentemente do nível de escolaridade, seja um agricultor do Sul do Piauí – “Eu acho que tem muita gente que tem um sonho, todo mundo tem um sonho. Eu nasci aqui, me criei aqui, por que o meu sonho é ter energia, estrada [...] vai facilitar o trabalho nosso, viver melhor, meu sonho”¹⁴ –, seja sujeitos considerados especialistas em áreas que envolvem a temática extrativista como *Brigitte Baptiste*, diretora de Instituto de Recursos Biológicos *Alexander von Humboldt* de Bogotá que afirmou o seguinte sobre a exploração de petróleo na Colômbia: “el petróleo colombiano hay que sacarlo hasta la última gota” (Brigitte [...], 2017).

O caso de *Brigitte Baptiste* na Colômbia ilustra que é comum que as narrativas extrativistas em vários assuntos relacionados à problemática convidem a ciência e os seus especialistas a emitirem seus pareceres, o que de acordo com Gudynas (2019, p. 117) “implica asumir que hay ‘una ciencia’ objetiva, neutra y homogénea sobre sus saberes, y que aquellos que poseen un título universitario o trabajan en instituciones académicas manejan conocimientos más ciertos y correctos que otras personas”.

¹⁴ Informação concebida por Seu José Rodrigues Alencar, morador de Brejo das Meninas – Piauí, disponível em Lima (2019, p. 11).

Ao mesmo tempo que seduzem (Rist, 2002) e produzem um sentido comum para o extrativismo (Gudynas, 2019), tais narrativas produzem efeitos derrames¹⁵ sobre as políticas públicas (Gudynas, 2015, 2019) e atuam para invisibilizar o alto poder destrutivo que o Consenso de *Commodities*, pautado no desenvolvimento neoextrativista, carrega consigo. Nesse sentido, “los extractivismos, esos entramados los presentan como beneficiosos y necesarios, mientras que a la vez anulan las denuncias y confirmaciones de sus impactos sociales y ambientales; los legitiman y la vez impiden la búsqueda de alternativas” (Gudynas, 2019, p. 111).

No caso do Sul do Piauí, como seu José Rodrigues pode não se deixar seduzir pela ideia/narrativa do desenvolvimento que carrega em seu ventre a esperança de um novo tempo para região? Como não sonhar em pleno século XXI com acesso a bens essenciais como energia elétrica, estrada e outras “benesses” decorrentes da modernização? Empregos, renda e crescimento para a região, incluindo a esperança de dias melhores para as futuras gerações?

Dados produzidos por distintos setores e instituições da sociedade e denúncias realizadas pelas comunidades locais diretamente atingidas pelos empreendimentos extrativistas da soja revelam que o sonho do seu José Rodrigues à luz dos números da produção da *commodity* soja no Piauí mencionados na seção anterior não passam de uma miragem produzida pela “crença” do desenvolvimento (Rist, 2002) e suas “narrativas” (Gudynas, 2019). Ou seja, o agro pode ser *tech*. O agro pode até ser *pop*. Mas o agro – da forma como vem sendo explorado pelo desenvolvimento neoextrativista – não é tudo!

As comunidades do Cerrado piauiense onde estão concentrados os empreendimentos extrativistas da soja encontram-se ameaçadas pela especulação com terras e pelo avanço do agronegócio, que causa desmatamento, queimadas e a contaminação da água por uso intensivo de agrotóxicos, efeitos que revelam o poder de destruição invisibilizado pelas

¹⁵ São efeitos que ultrapassam a localização espacial dos empreendimentos extrativistas propagando-se para o campo das políticas públicas ambientais, sociais ou econômicas e produzem sentidos para o que se entende por desenvolvimento, política, justiça, democracia e natureza (Gudynas, 2015). Exemplo de “derrame” recente é o que se vislumbra na batalha travada entre o Governo Federal, a Petrobrás e o Ministério de Minas e Energias de um lado, e, do outro, o IBAMA, os ambientalistas e o Ministério do Meio Ambiente, personificado na pessoa da ministra Marina Silva, a respeito da prospectação de Petróleo pela Petrobrás na Foz do Amazonas. A caracterização do efeito materializa-se no parecer da AGU – flexibilização ou deterioração da normativa ambiental (Gudynas, 2019) – favorável às pretensões extrativistas na região. *Vide* o parecer Avaliação [...] (2023).

narrativas extrativistas na região, que dão ênfase ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ovacionado nas pequenas cidades do Sul do Estado – onde está concentrada a produção de soja -, como Uruçuí (3^o), Baixa Grande do Ribeiro (6^o) e Bom Jesus (7^o), posicionadas entre os 10 municípios do Estado com maiores PIBs no ano de 2020 (Cepro, 2022), conforme consta no Quadro 1.

Quadro 1 – Município piauienses com os maiores PIBs em 2020¹⁶

Municípios	Principais atividades
Teresina	Comércio
Parnaíba	Comércio
Uruçuí	Cultivo de soja e cereais
Picos	Comércio
Floriano	Comércio
Baixa Grande do Ribeiro	Cultivo de soja
Bom Jesus	Cultivo de soja
Piripiri	Comércio
Campo Maior	Comércio
Guadalupe	Distribuição de energia elétrica

Fonte: Cepro (2023).

Por trás dos números do PIB no Estado, cuja redenção em geral é atribuída ao agronegócio (Nascimento, 2022) (narrativa), estão as contradições produzidas pela produção de soja na região. Vejamos.

4.1 GRILAGEM DE TERRAS, AMEAÇAS E REPRESSÕES ÀS COMUNIDADES LOCAIS

Os efeitos do Consenso de *Commodities* ancorado no monocultivo de soja avança¹⁷ pelo território do Cerrado piauiense “desestructurando economías regionales, destruyendo biodiversidad y profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras, al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana” (Svampa, 2013, p. 34), situação que coloca a região “diante de grandes impasses, frente ao choque de interesses econômicos contra os direitos sociais, étnicos e os direitos da natureza” (Castro, 2019, p. 47), transformando-a “em fronteira agrícola do agronegócio” (Pereira *et al.*,

¹⁶ Último PIB do Estado divulgado até o momento.

¹⁷ Conforme dados da CONAB (2023), houve um aumento de 14,8% da área cultivada pela soja no Piauí na safra 2022/2023.

2023, p. 4) marcada por “intensos conflitos, violências e violações dos povos e comunidades rurais” (Pereira *et al.*, 2023, p. 4).

Empresas do agronegócio da soja na região usam a expansão do monocultivo da oleaginosa para gerenciar dívidas e especular com terras como ativos financeiros. Isso envolve grilagem de terras devolutas¹⁸, geralmente em áreas planas e altas, prejudicando comunidades camponesas, quilombolas e indígenas que deveriam ter essas terras regularizadas. A alta dos preços das *commodities* intensificou o problema, com o apoio de empresas financeiras internacionais, *trading companies* e cartórios, caracterizando a grilagem na região. O processo ilegal envolve a falsificação de títulos de terra em cartórios e a expulsão violenta das comunidades rurais de suas terras, apesar de seus direitos à terra, conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Terras do Piauí¹⁹ de 2019 (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2022).

De acordo com Pereira (*et al.*, 2023), integrante do Núcleo de Agroecologia e Arte do Vale do Gurgueia (NAGU), criado em 2016 no *campus* da Universidade Federal do Piauí (UFPI), município de Bom Jesus/PI, Sul do estado, esse padrão de poder tem sido exercido pelo agronegócio na região “em confronto direto com a racionalidade dos povos do Cerrado, visto que não leva em conta o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das populações locais e seus sistemas de uso da terra, os quais, historicamente, combinavam diferentes modos de agricultura com a pecuária e com o extrativismo” (Pereira *et al.*, 2023, p. 7).

Em Santa Filomena (PI), um dos principais focos de expansão do agronegócio no Estado, grandes extensões de terra são controladas por várias empresas do setor agrícola²⁰, incluindo a *Bunge* que lidera o controle

¹⁸ Sem título de propriedade particular, isto é, pertencentes ao Estado.

¹⁹ A Lei de Terras do Piauí (nº 7.294/2019) e a Lei nº 7.389/2020 que reconhece formal e expressamente a existência dos povos indígenas nos limites territoriais do Piauí foram importantes arcabouços normativos para que fosse reconhecida oficialmente, em 2020, o primeiro território indígena no Estado pertencente ao povo Kariri (Escórcio, 2021). O Piauí conta, atualmente, com pelo menos nove comunidades que se auto reconhecem indígenas, em diferentes regiões do estado. Entre eles estão: os Geguê do Sangue e os Caboclo (Uruçuí), Gamelas (Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Currais e Santa Filomena), Tabajara (Piripiri), Kariri (Queimada Nova e Paulistana), Tabajara Ypy (Piripiri – Canto da Várzea), Tabajara da Oiticica (Piripiri – Oiticica II) , Tabajara Tapuio (Lagoa de São Francisco) e os Warao (Teresina) (Cardoso, 2022).

²⁰ Radar Propriedades Agrícolas S.A., Tellus (uma fusão entre o grupo Cosan e o fundo TIAA), Insolo Agroindustrial (anteriormente propriedade da Universidade de Harvard), SLC Agrícola (a maior produtora de soja do Brasil), SLC LandCo (seu braço imobiliário em parceria com Valiance Asset Management), Sierentz (gerenciada por ex-funcionários da Louis Dreyfus Commodities), Grupo Peteck e Damha Agronegócios (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023).

de silos de armazenamento de soja na região e uma planta esmagadora no município de Uruçuí. O objetivo é controlar a terra e, ao mesmo tempo, estimular o monocultivo de *commodities* na região, especialmente a soja. Para tanto, o *modus operandi* consiste em comprar barato, esperar o preço subir e vender caro (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023).

A especulação/financeirização de terras ameaça a vida das comunidades locais – indígenas, quilombolas, ribeirinhas e camponesas – transformando os territórios em verdadeiras zonas de sacrifício (Castro, 2019). Para Sassen (2016), esse novo mercado global de terras é produto do neoliberalismo que segundo ela foi se constituindo como ideologia a partir da atuação de organizações como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) e Organização Mundial do Comércio (OMC) nos anos 80.

De acordo com Sassen (2016), fatores como o crescimento alarmante das dívidas, da corrupção, dos investimentos externos no setor primário e da permissividade das elites, coagiu os Estados a se adequarem a essa nova lógica sistêmica que favoreceu aquisições de volumes maiores de terras e enfraqueceu as soberanias internas, o que se fez sentir, sobretudo, a partir de 2006, quando ocorreu alta demanda de cultivos industriais e aumento dos preços dos alimentos. A esse respeito, Sassen (2016) destaca o caso da China que, nesse período, adquiriu grandes volumes de terras localizadas, sobretudo, na África e na América Latina.

Nesse processo, “construído com apoio do Estado e ação diligente de transnacionais, registra-se ainda a entrada dos pacotes tecnológicos, dos impérios agroalimentares e do aparato da indústria cultural como braço fundamental da estrutura de poder do agronegócio na região” (Pereira *et al.*, 2023, p. 8). Como resultado, os conflitos crescem na região. As empresas da soja operantes no cerrado piauiense ameaçam e exigem que as comunidades vendam suas áreas por preços irrisórios ou que as abandone, promovendo o que Sassen (2016) categoriza como “expulsão” que tem em sua base a batalha por recursos naturais. Para intimidar as comunidades, as empresas da soja promovem a construção de cercas em torno das terras de uso comum e guaritas para seus seguranças particulares, como fez a empresa Terracal²¹ no município de Jerumenha a partir de 2013 quando chegou à região (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020).

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT (CPT; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023), foram registrados em 2022, 40 conflitos, envolvendo 810 pessoas no Piauí, a maioria deles concentrados na

²¹ Subsidiária do Fundo da Universidade de Harvard.

região Sul. Em 2023, ameaças e tentativas de homicídio continuaram. O líder indígena Akroá Gamela²², Adaildo José Alves da Silva, do território Morro D'Água, enfrenta ameaças de morte e sofreu uma tentativa de homicídio no ano citado. Suspeita-se que fazendeiros e grileiros da região estejam envolvidos no caso. Além disso, outras pessoas em territórios diferentes no Sul do Piauí (território Melancias e Barra da Lagoa) também foram ameaçadas em 2023, evidenciando um problema crescente de conflitos de terra, violência e ameaças às comunidades na região (CPT; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023).

Em 2019, o território Melancias já havia sofrido episódio de violência. A fazenda Alvorada com a presença (apoio) da polícia militar de Gilbués (PI) expulsou as famílias da área coletiva de solta do gado e das roças (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020). A denúncia feita por seu Juarez Celestino que vive no Território Melancias e pelo sindicalista rural *Markisan* em Santa Filomena (PI) revelam a sensação de medo decorrente da atuação dos fazendeiros e grileiros na região:

O entorno de Melancias, nós estamos cercados pelo agronegócio, a soja. Nós não tinha medo de passar em lugar nenhum com medo de seu fulano, isso pra nós é riqueza. Agora hoje não vejo riqueza porque hoje nós anda com medo, nós temos ameaças, nós somos ameaçados de morte por pedir a preservação de nosso meio ambiente.²³

A grilagem de terras, no sul do Piauí hoje, eu acho que é recorde do Brasil. A grilagem de terra ameaça de pessoas que se opõe as grilagens de terras, temos vítimas aqui, eu também fui vítima de ameaças de morte; estão expulsando os moradores e suas famílias das terras, [...] houve casos em que o posseiro foi tirado de sua propriedade, amarrado, jogado na carroceria de uma camionete e foi tirado desta forma de sua propriedade.²⁴

A dinâmica em comento prejudica a agricultura de subsistência da região que é fundamental para a economia local e para a garantia do direito à alimentação (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020) e promove um abismo de desigualdades entre o mundo agro instalado na região e as populações diretamente atingidas o que, obviamente, decorre de conflitos de interesses entre a visão do campo como um local habitado por pessoas em

²² Em 2020, no auge da pandemia da Covid-19, os indígenas Gamela tiveram suas casas incendiadas e hortas devastadas na comunidade Barra do Correntim, localizada na zona rural de Bom Jesus, no Piauí (Cardoso, 2022).

²³ Informação concedida por Juarez Celestino, disponível no documentário Melancias (2019).

²⁴ Informação concedida por Markisan, sindicalista rural em Santa Filomena, disponível em Lima (2019).

relação de harmonia com a natureza (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses) e a visão do campo como um local exclusivamente destinado à produção de lucro (fazendeiros, grileiros e empresas de *tradings*, operadores do agronegócio de soja), esta última responsável por reduzir a agricultura e a arte da região “ao *status* de mercadorias” (Pereira *et al.*, 2023, p. 4) e impor “a concepção de conhecimento que ratifica tal redução e reduz o saber-poder aos cânones da técnica, alienando-a do compromisso com os direitos do trabalho e da natureza” (Pereira *et al.*, 2023, p. 4).

4.2 QUEIMADAS E DESMATAMENTOS

Ocorrências de incêndios no Cerrado piauiense estão intrinsecamente ligadas ao ciclo que envolve grilagem e especulação financeira de terras, degradação do meio ambiente e desmatamento desenfreado desse bioma, produzindo o que Sassen (2016) denomina de “terra morta” e o terror que ela representa para quem nela vive, como a invisibilidade sistêmica que, segundo ela, alcança as dimensões econômica, social e biosférica.

Com frequência, os incêndios são deliberadamente provocados como meio de expulsar os habitantes locais de suas comunidades e como tática para enfraquecê-las e desorganizá-las. Outro fator provável para a origem desses incêndios é a alta inflamabilidade dos agrotóxicos utilizados pela indústria agrícola na região. O desmatamento, por sua vez, visa a expansão do monocultivo para fins do agronegócio da soja, sendo frequentemente realizado através de métodos como o uso de correntões, nos quais tratores conectados a correntes arrancam árvores pela raiz, e o uso de tratores de esteira (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020).

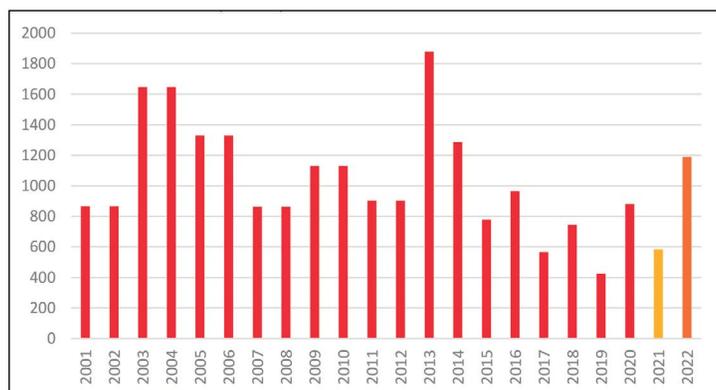
No mês de setembro de 2021, começou um processo de desmatamento na Serra da Fortaleza, situada em Santa Filomena (PI), no Sul do Piauí. Esse desmatamento afetou uma área de aproximadamente dois mil hectares, especificamente na fazenda conhecida como Kajubar. No entanto, é importante destacar que o caso da fazenda Kajubar não é um incidente isolado. Ele ilustra um padrão de ação envolvendo grileiros e empresas do setor agrícola frequentemente ligadas a investidores estrangeiros que incentivam o desmatamento e a violência contra as comunidades rurais (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023).

Nesses casos, as áreas desmatadas são posteriormente vendidas à empresas do agronegócio muitas vezes com acordos de pagamento previamente garantidos pelos potenciais compradores. Isso resulta na

integração das áreas desmatadas nas operações financeiras de empresas do agronegócio, imobiliárias rurais e empresas de comércio (*trading companies*). Isso é evidenciado pelo envolvimento de empresas como a *Bunge* e outras instituições financeiras, como a *TIAA*, *Harvard* e *Valiance*, que promovem a expansão do cultivo exclusivo de soja na região (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023).

No Piauí, em 2022, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a área de destruição de vegetação nativa no estado, teve crescimento de 103% em relação a 2021. Em 2021, a área destruída foi de 583,77 km², e em 2022 este número chegou a 1.188,78 km², com o acumulado de 22.773,33 km², conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Desmatamento (em km²) – Piauí – 2001-2022



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Terra-Brasilis (INPE, 2023).

4.3 AGROTÓXICOS: CONTAMINAÇÃO DO SOLO, POLUIÇÃO DAS ÁGUAS, DOENÇAS E MORTE À BIODIVERSIDADE NO CERRADO PIAUIENSE

O documentário sobre a comunidade Melancias (2019), situada no Sul do Piauí²⁵, feito pela CPT, descortina os impactos sociais e ambientais decorrentes do desenvolvimento do agronegócio em comunidades da região que sofrem com a contaminação da água, do solo – “Agrotóxico seca tudo, torra tudo. O dessecante é o mais perigoso porque desseca mesmo. E esse dessecante fica na terra, deixa tudo seco e só brota quando a chuva chega. E por estar tudo seco, provoca o incêndio, que desce para nossas áreas”²⁶ – de

²⁵ A 94km da sede do município de Gilbués-PI.

²⁶ Informação concedida por moradora de uma das comunidades da região; moradora essa não identificada no documento de origem, o relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020).

alimentos e o surgimento de novas pragas como a mosca branca²⁷ apontada pelos agricultores da comunidade como consequência do uso intenso de agrotóxicos na região.

O entorno nosso é a soja [...] A partir da hora que essa soja começa a nascer, eles jogam agrotóxico nela constantemente e esse agrotóxico ele é feito de avião aqui na região de torno de Melancias. Ele é feito de avião, então esses aviões estão lá. Toda época da produção até a lavoura. Tem dia que no rio nós temo essa água [referindo-se a água limpa], dias que nós temo essa [referindo-se a água turva, poluída pelos agrotóxicos]. Aqui é água colhida lá no rio [rio Uruçui-Preto].²⁸ Porque antes a gente plantava ela, cê colhia ela toda sadiinha não tinha, às vezes um ou outro grãozinho ali que chochava, aí de uns dois anos pra cá, dois, três anos aí tá pintando a gente planta isso aí aí. A maioria dos grãos não presta, está saindo do chocho. E a gente tá condenando que essa praga que vem dessas fazenda aí, essa tal de mosca branca. Quando ela dá num, pode ser a pode ser essa fava, pode ser o feijão, qualquer planta que ela atacar, aquilo ali não produz mais do jeito que produzia.²⁹

Além da contaminação do solo e da água, a perda da biodiversidade avança sobre as comunidades – “saía, tatu, saía cutia, saía veado, acabou os bichinho tudo. Ali é um crime que eu acho aquilo ali”³⁰. A pulverização do agrotóxico ceifa a vida dos animais – “Eu tinha um vídeo que o menino fez. É da quantidade de aves que tem morta. Do veneno que eles pulverizam, né? Eles têm tipo uma piscina de lavar as máquinas depois que tá aplicando o veneno. Aí morre muito, todo qualquer animal que beber água, né? Morre”³¹ –, incluindo as pequenas criações de gado das comunidades afetadas – “O gado bebe essas águas e fica magrinho, intoxicado. Não é fome, porque aqui pra nós é verde. É a água intoxicada que está fazendo a gente perder o gado”³².

Problemas de saúde como o aparecimento de doenças (respiratórias, cutâneas e até câncer) são atribuídas pelos moradores do Sul do Piauí ao

²⁷ “A mosca-branca, *Bemisia tabaci*, apesar do nome comum de mosca, trata-se de um inseto sugador comum em diversas culturas. Em plantas de soja, a mosca-branca é transmissora do vírus da “necrose-da-haste”, do grupo dos carlavírus, que com a evolução dos sintomas, pode levar a planta à morte” (Bueno; Campo; Sosa Gomez, 2021).

²⁸ Informação concedida por Juarez Celestino, disponível no documentário Melancias (2019).

²⁹ Informação concedida por um morador do território de Melancias, disponível no documentário Melancias (2019).

³⁰ Informação concedida por um morador do território de Melancias, disponível no documentário Melancias (2019).

³¹ Informação concedida por uma moradora do território de Melancias, disponível no documentário Melancias (2019).

³² Informação concedida por moradores do Assentamento Rio Preto, disponível em Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020).

uso de agrotóxicos para produção de soja – “Basta eu pisar na lama do rio que meu pé começa a rachar. Se eu passar um dia sem a lama do riacho, percebo que fica melhor. Numa comunidade aqui próxima (Chupé) conheci uma senhora que está com os pés horríveis”³³ – e do lixão a céu aberto utilizado como descarte para as embalagens de agrotóxicos – “Tem o lixão que fazem na escapa da serra, que é mais um reforço pro agrotóxico entrar dentro de nossos brejos. [...] todo lixo da fazenda as empresas jogam ali [...]. E os bichos do Cerrado consomem o lixo e morrem, pois está tudo envenenado”³⁴.

O aparecimento de doenças como câncer – “Meu padrinho faleceu de câncer do pulmão há duas semanas. Eu acho que a morte dele tem a ver com respirar agrotóxicos. Nunca havia ouvido falar de câncer por aqui e agora é uma coisa sem limites”³⁵ – e diarreia – “Agora mesmo uma criancinha com dez dias fazia tanto vômito que faltava fôlego, só vomitando e chorando”³⁶ – tem sido recorrentes na região e, ao lado da violência discutida anteriormente, constituem uma ameaça a vida das populações locais, seja em termos de integridade física, seja quanto à segurança alimentar dessas comunidades que dependem da agricultura de subsistência para sobreviver – “nós plantamos aqui o básico da cozinha. Nós plantamos aqui o arroz, plantamos feijão, plantamos milho, mandioca, abobora, plantamos banana, planta melancia, planta melão, enfim, nós planta todas as plantações, nós tira daqui mesmo, né?”³⁷

4.4 TRABALHO ESCRAVO E PRECARIZADO

A riqueza produzida pelo crescimento da produção de soja no Piauí é concentrada, isto é, não se reverte em favor dos territórios e populações locais. É uma riqueza que ocorre “sem olhar para os lados” (Pilar, 2022). O próprio discurso da geração de empregos nas regiões polarizadas pelos empreendimentos extrativistas é falacioso, haja vista que no caso do MATOPIBA, entre 1997 e 2020, os setores que mais criaram empregos

³³ Informação concedida por uma moradora de comunidade ribeirinha, disponível em Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020).

³⁴ Informação concedida por um(a) morador(a) afetado(a) pelo lixão, disponível em Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020, 2023).

³⁵ Informação concedida por uma moradora da comunidade Salto, na região, afetada pelo uso de agrotóxicos, disponível em Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020).

³⁶ Informação concedida por uma moradora da comunidade Salto, na região, afetada pelo uso de agrotóxicos, disponível em Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2020).

³⁷ Informação concedida por Juarez Celestino, disponível no documentário Melancias (2019).

foram a administração pública e o comércio (Carvalho, 2022) e não os empreendimentos industriais extrativistas.

No caso do Piauí, por exemplo, a exploração do trabalho doméstico foi intensificada e os homens da região geralmente trabalham no plantio, gradeamento da terra e na condução de tratores sujeitando-se ao pagamento de míseros R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia para uma jornada que vai das 7h30 às 17h (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020). Para os postos de trabalho melhor remunerados pelas fazendas do agronegócio na região recruta-se mão-de-obra em outros municípios e estados da federação, pois conforme afirma Gleyciane, uma das recrutadoras que atua na região, “não encontram as pessoas nas cidades, nem no estado, então acabam trazendo pessoas de mais longe ainda para ocupar essas vagas de trabalho” (Pilar, 2022).

Nessas regiões, milhares de pessoas continuam sendo submetidas à prática do trabalho escravo, principalmente devido à escassez de oportunidades, à falta de políticas públicas adequadas e à crescente precarização das condições de trabalho. Em 2022, o Estado do Piauí alcançou o primeiro lugar na região Nordeste e o terceiro lugar no Brasil em termos de resgate de trabalhadores em situação de trabalho escravo (CPT, 2023). Na última atualização do Ministério do Trabalho, em abril de 2023, foram identificados 19 nomes na Lista Suja do trabalho escravo associados ao Piauí (Com destaque [...], 2023).

O número de trabalhadores resgatados em condições de escravidão contemporânea no meio rural do Piauí registrou um aumento significativo de 269% em relação ao ano anterior. No decorrer de 2023, apenas nos quatro primeiros meses do ano, ocorreram 11 resgates de trabalhadores dentro do estado e mais de 200 trabalhadores piauienses foram resgatados em situações similares à escravidão em todo o país (Com destaque [...], 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na Sociologia Decolonial de Castro (2018, 2019), Svampa (2012, 2013, 2019) e Gudynas (2015, 2019), vozes críticas da América Latina no que diz respeito aos impactos sociais e ambientais do modelo de desenvolvimento baseado em *commodities*, o presente artigo procurou analisar o Consenso de *Commodities* e sua relação com a temática do desenvolvimento e o monocultivo de soja no Sul do Piauí.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o Consenso de *Commodities*, como teorizado por Svampa (2012, 2013, 2019), é uma

manifestação do neoliberalismo que promove uma visão de desenvolvimento centrada na exportação de matérias-primas, principalmente *commodities* agrícolas e minerais. No caso do Sul do Piauí, essa lógica se manifestou na expansão do monocultivo de soja, que teve como consequência a grilagem, especulação e financeirização de terras, a expulsão de comunidades rurais tradicionais – camponeses, indígenas e quilombolas – e uma série de impactos socioambientais negativos, como o desmatamento e a degradação do solo.

A análise das consequências sociais desse modelo de desenvolvimento revela que, embora tenha havido um aparente crescimento econômico na região, os benefícios não foram e não são distribuídos de maneira equitativa. Pelo contrário, uma elite de grandes produtores e empresas multinacionais se beneficiou da expansão da soja, enquanto as comunidades locais foram expostas a riscos sociais (violência, trabalho escravo e precarizado), econômicos (desestruturação da agricultura de subsistência e comercialização local dessa produção) e ambientais significativos (desmatamento, queimadas, perda da biodiversidade e contaminação da água e do solo causados pelo uso intensivo de agrotóxicos) que ameaçam suas subsistências e instituem um quadro de vulnerabilidade social generalizado na região.

Do ponto de vista ambiental, impende ressaltar que a expansão do monocultivo de soja teve um custo ambiental alto para região. O desmatamento desenfreado contribuiu (e contribui) para a perda de biodiversidade e para as mudanças climáticas, enquanto o uso intensivo de agrotóxicos contaminou os solos e os recursos hídricos. Esses impactos têm consequências de longo prazo não apenas para o Sul do Piauí, mas também para o planeta como um todo, que no ano de 2023 registrou enormes ondas de calor, conforme amplamente noticiado pela mídia nacional e internacional.

À luz do exposto, conclui-se que o Consenso de *Commodities* e a expansão do monocultivo de soja no Sul do Piauí ilustram claramente os dilemas e as contradições do desenvolvimento baseado em *commodities* na América Latina. Enquanto alguns poucos se beneficiam muitos outros são prejudicados e o meio ambiente sofre danos irreparáveis. Desse modo, é fundamental repensar o modelo de desenvolvimento na região e buscar alternativas que promovam novas formas de relacionamento natureza/homem, centradas nas necessidades das comunidades locais, em contraponto à visão ocidental de desenvolvimento.

Isso exigirá a promoção de políticas públicas que contemplem práticas agrícolas mais sustentáveis, a garantia dos direitos das populações rurais

e indígenas e a diversificação da economia para reduzir a dependência das *commodities*. Além disso, é importante promover um debate público informado e engajar a sociedade civil na busca por soluções que levem em consideração tanto as questões econômicas quanto as sociais e ambientais, como faz o NAGU na região, preocupado em “constituir uma práxis que sirva para interpretar e responder às necessidades desses povos, ao fortalecer suas potencialidades coevolutivas com o ecótono e a sua capacidade expressivo-reivindicativa do direito à vida no/com o Cerrado” (Pereira *et al.*, 2023, p. 4).

Em última análise, o caso do Sul do Piauí destaca a importância de uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao desenvolvimento baseado em *commodities* na América Latina, bem como a necessidade de buscar alternativas que atendam às necessidades das comunidades locais e protejam o meio ambiente para as gerações futuras – “giro ecoterritorial” (Svampa, 2012, 2013, 2019), de modo a romper com a “visão eldoradista” da América Latina como mera provedora de recursos para o Norte.

Cuida-se, portanto, de um tema desafiador e à medida que exploramos essa realidade aspiramos contribuir para um diálogo informado e reflexivo sobre o futuro do Sul do Piauí, destacando a necessidade premente de abordagens integradas que promovam a justiça social, a preservação ambiental e alternativas ao cânone de desenvolvimento neoextrativista na região, onde o monocultivo de soja e os conflitos socioambientais estão irremediavelmente imbricados.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

AVALIAÇÃO ambiental de Área Sedimentar não pode inibir licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás natural, diz AGU. **Advocacia-Geral da União**, Brasília, DF, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/avaliacao-ambiental-de-area-sedimentar-nao-pode-inibir-licenciamento-de-empreendimentos-de-petroleo-e-gas-natural-diz-agu>. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015. **Diário Oficial da União**, DF, 13 de novembro de 2015. Seção 1, nº 217, p. 8, 2015.

BRIGITTE Baptiste: “El petróleo colombiano hay que sacarlo hasta la ultima gota”. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (27 min). Publicado pelo canal Crudo Transparente. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-ij-wOrKbk>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BUENO, A. F.; CAMPO, C. B. H.; SOSA GOMEZ, D. R. Mosca-branca. **Embrapa**, Brasília, DF, 08 dez. 2021. Disponível em: [https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/soja/producao/manejo-integrado-de-pragas/pragas/pragas-que-atacam-folhas/mosca-branca#:~:text=A%20mosca%2Dbranca%2C%20Bemisia%20tabaci,%C3%A0%20morte%20\(Figura%201\)](https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/soja/producao/manejo-integrado-de-pragas/pragas/pragas-que-atacam-folhas/mosca-branca#:~:text=A%20mosca%2Dbranca%2C%20Bemisia%20tabaci,%C3%A0%20morte%20(Figura%201)). Acesso em: 17 set. 2023.

CARDOSO, M. Piauí, terra indígena. **O Estado do Piauí**, Teresina, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://oestadodopiaui.com/piaui-terra-indigena/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CARVALHO, S. L. G. **Evolução do emprego formal e das exportações do MATOPIBA entre 1997 e 2020: uma análise de correlação**. 2022. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Ciência de Dados Aplicada a Políticas Públicas) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7359/1/TCC_SLGC_vFinal-Publicacao-Enap_17-10-2022-2.pdf. Acesso em: 04 de set. de 2023.

CASTRO, E. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. **Perfiles Económicos**, [s. l.], n. 5, 2018. Disponível em: <https://revistas.uv.cl/index.php/Perfiles/article/view/1236>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CASTRO, E. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 35-62.

CEPRO. Cepro apresenta PIB dos municípios 2020. **Superintendência Cepro**, Teresina, 16 dez. 2022. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/noticia.php?id=595&pes=pib>. Acesso em: 15 set. 2023.

CEPRO. PIB: 2020. **Superintendência Cepro**, Teresina, 14 jun. 2023. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/pib.php>. Acesso em: 12 ago. 2023.

COM DESTAQUE para aumento de trabalho escravo no Piauí, CPT divulga dados de Conflitos no Campo no estado. **Comissão Pastoral da Terra**, Goiânia, 15 maio 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6372-conflitos-no-campo-piaui-2022>. Acesso em: 13 set. 2023.

CONAB. Soja, Safra. 2022/2023. Décimo segundo levantamento, setembro de 2023. **Companhia Nacional de Abastecimento**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra>. Acesso em: 08 set. 2023.

CPT. **Conflitos no campo, Brasil 2022**. Goiânia: CPT Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14302-livro-2022-v21-web>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CPT; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Comunidades denunciam violências e desmatamento no Cerrado. **Comissão Pastoral da Terra**, Goiânia, 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6341-comunidades-denunciam-violencias-e-desmatamento-no-cerrado-piauiense>. Acesso em: 15 set. 2023.

EMBRAPA. **Perspectivas e desafios para a região do Matopiba**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. (Informativo técnico nº 16). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156581/1/CNPASA-2017-fa16.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

ESCÓRCIO, K. M. Comunidade Kariri recebe o primeiro título de terras indígenas no Piauí. **Núcleo de Regularização Fundiária – Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí**, Teresina, 20 abr. 2021. Disponível em: [https://www.tjpi.jus.br/nrf/index.php/2021/04/20/comunidade-kariri-recebe-primeiro-titulo-de-terras-indigenas-no-piaui/#:~:text=Comunidade%20Kariri%20recebe%20primeiro%20t%C3%ADtulo%20de%20terras%20ind%C3%ADgenas%20no%20Piau%C3%AD,-Kr%C3%ADzia%20de%20Meneses&text=Nesta%20segunda%2Dfeira%20\(19\),a%20ter%20seu%20territ%C3%B3rio%20demarcado](https://www.tjpi.jus.br/nrf/index.php/2021/04/20/comunidade-kariri-recebe-primeiro-titulo-de-terras-indigenas-no-piaui/#:~:text=Comunidade%20Kariri%20recebe%20primeiro%20t%C3%ADtulo%20de%20terras%20ind%C3%ADgenas%20no%20Piau%C3%AD,-Kr%C3%ADzia%20de%20Meneses&text=Nesta%20segunda%2Dfeira%20(19),a%20ter%20seu%20territ%C3%B3rio%20demarcado). Acesso em: 10 ago. 2023.

ESTUDO revela expansão sustentável da soja no Matopiba. **Agrosaber**, [s. l.], 15 dez. 2021. Sustentabilidade. Disponível em: <https://agrosaber.com.br/estudo-revela-expansao-sustentavel-da-soja-no-matopiba/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GLOBO | Agro é TECH, agro é POP, agro é TUDO! [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Top Propagandas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hCuPAQVfbhw>. Acesso em: 10 ago. 2023.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. **La Revista, boletín Sociedad Suiza Americanistas**, [s. l.], n. 76, p. 13-23, 2015. Disponível em: https://www.sag-ssa.ch/bssa/pdf/LARevista_2015_No76.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

GUDYNAS, E. Las narrativas que construyen un sentido comun extractivista. *In*: CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 109-129.

GUDYNAS, E.; GUEVARA, R.; ROQUE, F. **Hetrodoxos**: tensiones y posibilidades de las políticas sociales en los gobiernos progresistas de América del Sur. Montevideo: CLAES y OXFAM, 2008.

INPE. TerraBrasilis PRODES (Desmatamento). **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, São José dos Campos, 2023. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>. Acesso em: 05 set. 2023.

JANONE, L. Preço das commodities agrícolas tem ‘boom’ em 2022, aponta Ipea. **CNN Brasil**, São Paulo, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/mercado/preco-das-commodities-agricolas-tem-boom-em-2022-aponta-ipea/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LIMA, C. L. S. **Comunidade Brejo das Meninas**: luta e resistência pela posse da terra no Cerrado piauiense / Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central – n. 12. Manaus: UEA Edições: PNCSA, 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/12-comunidade-brejo-das-meninas-luta-e-resistencia-pela-posse-da-terra-no-cerrado-piauiense/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. *In*: MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 206-230.

MELANCIAS. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Comissão Pastoral da Terra (CPT) Piauí. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=43gkTmrSgxU&t=13s>. Acesso em: 15 ago. 2023.

NASCIMENTO, A. PIB do Piauí tem queda de 3,5%, maior que a média do Brasil, mas agronegócio cresceu 10,8%. **G1 Piauí**, Teresina, 16 nov. 2022. Disponível em: - <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/11/16/pib-do-piaui-tem-queda-de-35percent-menor-que-a-media-do-nordeste-maior-que-a-media-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

PILAR, V. Agronegócio impulsiona PIB de pequenas cidades do Sul do Piauí, mas não garante desenvolvimento social: “renda concentrada”, diz pesquisadora. O Estado do Piauí, Teresina, 07 nov. 2022. Disponível em: <https://oestadodopiaui.com/sem-olhar-pro-lado/#:~:text=Agroneg%C3%B3cio%20impulsiona%20PIB%20de%20pequenas,%E2%80%9Crenda%20concentrada%E2%80%9D%2C%20diz%20pesquisadora&text=Ao%20redor%20de%20Sap%C3%A9%2C%20uma,vivem%20cerca%20de%2010%20fam%C3%ADlias..> Acesso em: 20 ago. 2023.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Especulação com terras na região Matopiba e impactos socioambientais**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.social.org.br/revistas/revistas-portugues>. Acesso em: 02 ago. 2023.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Desmatamento, grilagem de terras e financeirização: Impactos da expansão do monocultivo da soja no Brasil**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.social.org.br/revistas/revistas-portugues>. Acesso em: 08 ago. 2023.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Empresas transnacionais do agronegócio causam violência, grilagem de terras e destruição no Cerrado**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2023. Disponível em: <https://www.social.org.br/revistas/revistas-portugues>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PEREIRA, K. A.; DIAS, M. A. M.; LIMA, R. B.; SILVA, V. R. O Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU): uma práxis cultural em defesa da vida. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 8, p. e14602, 2023. DOI: 10.20873/uft.rbec.e14602. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/14602>. Acesso em: 07 jun. 2024.

RIST, G. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2002.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

SASSEN, S. Os invisíveis do sistema. [Entrevista cedida] a Diego Viana. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2017/02/10/os-invisiveis-do-sistema.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SVAMPA, M. Consenso de los *Commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, [s. l.], Año XIII, n. 32, Nov. 2012. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SVAMPA, M. Consenso de los *Commodities* y lenguajes de valoración en América Latina; **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/6451>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos sociamabientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M. O Consenso de Washington no Brasil – Estabilização Conservadora e Estagnação. **Aurora**, Marília, v. 13, n. 1, p. 37-58. jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/10334>. Acesso em: 22 out. 2023.

VERPLAETSE, J. G. El punto cuatro del Presidente Truman. **Cuadernos de Estudios Africanos**, [s. l.], n. 9, p. 97-118, 1950. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2495515.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.